

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Difícil de acreditar	2
Título: Bilhões no fundo do mar.....	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	4
Título: Primeira Pessoa.....	4
VEÍCULO: Valor Econômico	5
Título: Investidor pede rapidez em mudanças no setor elétrico	5
Título: Troca de presidência de Furnas sai de pauta na Eletrobrás	7
Título: Pai do bicomcombustível leva inovação à pecuária	8
Título: Destaques	10
Título: Canadian Solar pensa no Brasil no longo prazo	11
Título: Delfin mira país com projeto no Golfo do México	12
Título: Curtas	14
Título: Petrobras fica mais agressiva em combustíveis.....	14
Título: Nova política aproxima gasolina e diesel do mercado de etanol	17
Título: NLMK mantém ritmo de expansão	18
Título: Papel da Petrobras tem baixa correlação com preço do petróleo	20

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia / Colunas****Autor: George Vidor****Título: Difícil de acreditar**

Indústria do petróleo no Brasil esbarra mais na burocracia do licenciamento ambiental do que na falta de apetite

A indústria do petróleo não chegou ainda ao fundo do poço, literalmente, no Brasil. Nos últimos três anos foram perdidos 500 mil empregos diretos e indiretos e esse processo não terminou. O pior é que esse declínio não se deve à falta de apetite para investimentos. A Petrobras, que lidera com larga vantagem o setor, continua às voltas com graves problemas, mas, mesmo que lentamente, vem anunciando seus passos futuros, como, por exemplo, a intenção de contratar quatro novas plataformas para a ainda produtiva Bacia de Campos.

No entanto, muitos investimentos estão parados nos guichês do licenciamento ambiental. Para se ter uma ideia, nenhum dos blocos licitados na Rodada do ano passado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) obteve licença até agora. E o Ibama tem uma seção especializada nesse tipo de licenciamento. Não é por falta de gente capaz de avaliar os planos de exploração e os Estudos de Impacto Ambiental (EIA).

A burocracia está assustada. Em parte, porque alguns procuradores têm usado a estratégia de causar pânico aos funcionários responsáveis pelo licenciamento. Ninguém é punido se engavetar o processo ou criar alguma dificuldade, mas pode ser processado por ter autorizado um projeto que, na interpretação do procurador, não atenda às filigranas da legislação. O Ministério Público tem a função de exercer vigilância e evitar danos irreparáveis ao ambiente. Mas não tem um poder divino para decidir o que é bom ou ruim para os brasileiros.

O ambientalismo, infelizmente, virou também instrumento de execração do capitalismo. Muita gente que, no passado, via o socialismo como a solução para todos os problemas da humanidade — e se frustrou com a experiência genocida dos países que tentaram seguir por esse caminho que, no início, até tinha uma boa dose de romantismo — se refugia agora na bandeira do ambientalismo, que é uma causa nobilíssima, se não estiver contaminada por ideologia política.

Dessa "piração" não escapa nem mesmo a Petrobras, que, por ser estatal, quase sempre é tolerada no meio da aversão ao capitalismo privado. A companhia ficou com uma plataforma parada por três meses à espera de licença. Calcula-se que foram perdidos R\$ 750 milhões (!!!!!) nesse atraso. A empresa deixou de produzir enquanto arcava com os custos de manter a plataforma "dormindo". Estado e

municípios deixaram de receber impostos e royalties, o que no caso do Rio de Janeiro chega a ser uma calamidade, diante da situação de penúria financeira dos cofres públicos fluminenses.

Vários poços poderiam estar sendo perfurados no momento no Brasil. Mas as sondas estão sem ordens de serviço. A indústria do petróleo já causou danos terríveis à natureza.

Por isso mesmo a legislação tem de ser rigorosa e todo cuidado é pouco em tal atividade. Qualquer deslize e falta de cumprimento das regras têm de ser punidos severamente. No entanto, isso não pode servir de pretexto para paralisar a indústria.

O Brasil já é um grande produtor de petróleo e gás. Esta semana o campo gigante de Libra começa a produzir no pré-sal da Bacia de Santos, com uma plataforma com capacidade para extrair do reservatório 50 mil barris por dia, em teste de longa duração. Há uma larga experiência de licenciamento acumulada no setor. A indústria de óleo e gás é uma das poucas capazes de atrair investimentos novos para o país, que está mergulhado em crise. Agravar essa crise pela burocracia é puro sadomasoquismo.

Por outro lado...

A sustentabilidade não é uma questão filosófica, um conceito moral. É uma questão de sobrevivência e de racionalidade. O crescimento econômico é a única forma ainda capaz de permitir que mais e mais pessoas possam viver de maneira mais digna. E isso não é incompatível com a sustentabilidade. A ciência e o avanço da tecnologia contribuem cada vez mais para que se produza com mais racionalidade, menos poluição, menos desperdício.

Não se trata apenas de políticas de governo, pois muitas empresas estão envolvidas com esse propósito. No Brasil, o CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável) reúne 70 dos maiores grupos que atuam no país. Promove estudos e apresenta propostas concretas para que o Brasil consiga atingir as metas de redução de CO² que se comprometeu a atingir até 2025 pelos Acordos de Paris. As metas foram estipuladas sobre as 2,1 bilhões de toneladas de CO² que o país emitia em 2005. Em 2025 não poderá emitir mais que 1,3 bilhão de toneladas. A grande contribuição virá da área de florestas e uso da terra. Em 2005, o desmatamento e a agropecuária respondiam por metade das emissões de CO². Em 2030, estarão capturando carbono da atmosfera (131 milhões de toneladas).

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Bilhões no fundo do mar**

Gente do ramo diz que aprovar o plano de recuperação judicial da natimorta Sete Brasil é o último suspiro para os acionistas reaverem qualquer cascalho. Com o plano, é possível os sócios colocarem no bolso 10% do valor investido e os credores, 18% da dívida. Se for à falência, ficarão a ver navios... ou sondas. Em tempo: a Sete investiu algo como US\$ 28 bilhões em 12 sondas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Colunas****Autor: Mônica Scaramuzzo****Título: Primeira Pessoa**

‘Investidor de infraestrutura não se preocupa com eleição de 2018’

Gustavo Buffara Bueno, sócio da Buffara Bueno Advogados.

Investidores estrangeiros colocaram o Brasil no mapa para aquisições de ativos em infraestrutura, sobretudo de energia. Gustavo Buffara Bueno, sócio do Buffara Bueno Advogados, que participou de importantes negociações envolvendo empresas de energia – como a da Eletrosul, subsidiária da Eletrobrás, para a chinesa Shangai Eletric – está em outras transações de peso. Ele assessoria o fundo britânico Brazil Iron, do investidor Guy Saxton, disposto a injetar £ 1 bilhão em ativos de transmissão da Eletrobrás e diz que grupos e fundos internacionais que olham infraestrutura no Brasil não têm preocupação com a crise política de Brasília. Estão atentos, segundo ele, aos movimentos das agências reguladoras.

A crise política está afugentando investidores estrangeiros do Brasil?

Não, pelo contrário. O Brasil está barato e há ativos de infraestrutura que são considerados estratégicos e que interessam aos investidores. Grupos asiáticos e europeus estão de olho em leilões de energia e em Sociedade de Propósito Específicos (SPEs). Só a Eletrobrás tem mais de 100 SPEs à venda. Interessa a eles comprar o controle da Eletrobrás em parte dessas empresas.

Além da estatal federal, quais outros ativos estão na mira desses investidores?

A Copel é considerada a joia da coroa para diversos investidores. Os leilões de energia programados para outubro, como os de eólicas, também estão no radar desses grupos estrangeiros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Investidor pede rapidez em mudanças no setor elétrico

Diante do agravamento da crise política, a janela para uma esperada reforma no setor elétrico pode se fechar rapidamente, alertam representantes da iniciativa privada. Eles pedem uma aceleração nos preparativos da medida provisória que estava sendo elaborada no Ministério de Minas e Energia quando vieram à tona as delações do empresário Joesley Batista e de executivos da JBS, paralisando a agenda do governo.

"A MP tem que sair em agosto ou em setembro, no máximo, para ser votada ainda neste ano", afirma o presidente da Associação Brasileira de Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), Mário Menel. "Se não for aprovada até o recesso parlamentar do fim de ano e escorregar para o calendário eleitoral, perde o timing", diz o executivo.

O apelo tem sentido de urgência porque o governo assumiu o compromisso de abrir consulta pública para recolher contribuições antes de editar um "pacote fechado" por meio de MP. Investidores querem a realização da consulta a partir desta semana, como forma de tornar possível o calendário mencionado por Menel, que também preside o Fórum de Associações do Setor Elétrico.

Obviamente, reunir condições políticas para a aprovação de uma MP no Congresso Nacional não exige o mesmo ímpeto negociador para alcançar os três quintos de votos necessários em uma mudança constitucional, como é o caso da reforma da Previdência.

Mas medidas provisórias que mexem com a área de energia têm um histórico de barganhas com parlamentares submetidos à pressão de mais de duas dezenas de associações setoriais que fazem um bem articulado lobby na Câmara dos Deputados e no Senado. Reflexo disso é que elas costumam receber dezenas de emendas com alterações no texto original. A última MP acabou sendo tão desfigurada durante sua tramitação que exigiu 17 vetos do presidente Michel Temer em novembro do ano passado.

O mercado, que tinha grande dificuldade de interlocução com o Ministério de Minas e Energia no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, não quer perder a

oportunidade de discutir uma reforma do setor elétrico sob influência da atual equipe. "Não podemos jogar no lixo um momento de ouro por causa da crise política, que não tem nada a ver com o nosso segmento", diz Menel. "Diferentemente do governo como um todo, a gestão do setor elétrico tem credibilidade, os agentes têm respeito pelo ministro e pelo time dele. Estamos prontos para a discussão. É preciso bater firme na mesa e fazer as coisas andarem."

A reforma deve incluir alterações nas regras de comercialização, mudanças na contratação da energia produzida pela usina binacional de Itaipu, novos critérios para a migração de consumidores ao mercado livre, desmonte de subsídios e um tratamento mais moderno para a geração distribuída (como painéis fotovoltaicos em residências). Espera-se uma solução para os problemas bilionários envolvendo o risco hidrológico das geradoras.

O secretário-executivo do ministério, Paulo Pedrosa, concorda que a janela está se fechando e acena com uma abertura da consulta pública nos próximos dias para debater essa "visão de princípios" com o setor. Ele admite a necessidade de mudanças na legislação. "O nosso mercado está insustentável. No setor elétrico, a estabilidade não significa continuidade. A estabilidade está na mudança e na correção de um conjunto de distorções", afirma.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, é preciso ter sentimento de urgência. Ele avalia que o setor tem visto uma multiplicação de fontes de geração de energia, de atores e de interdependências nos últimos anos. "Tudo isso resulta numa complexidade crescente e faz com que o arcabouço regulatório dê sinais eloquentes de fragilidade. Esse conjunto de questões precisa de um tratamento mais harmônico", ressalta Sales.

O executivo se recusa a fazer prognósticos na área política, mas ecoa um discurso semelhante ao adotado pelo mercado financeiro para defender a continuidade da equipe econômica.

Um consenso entre os investidores, que saíram recentemente em defesa da permanência do ministro Fernando Coelho Filho, é a manutenção de sua equipe - com ou sem Temer. O secretário Paulo Pedrosa, Luiz Barroso (presidente da Empresa de Pesquisa Energética, EPE) e Wilson Ferreira Jr. (presidente da Eletrobrás) são tidos como grandes fiadores de uma agenda reformista no setor.

"O ministro tomou a decisão correta de se cercar, em todos os postos-chave, de profissionais de indiscutível conhecimento e está no rumo certo de enfrentamento dos problemas. Torço muito para que, qualquer que seja o desdobramento político, essas pessoas e essa linha de ação continuem", diz o presidente do Acende Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Política**Autor:** Cláudia Schüffner | Do Rio**Título:** Troca de presidência de Furnas sai de pauta na Eletrobrás

O conselho de administração da Eletrobrás tirou da pauta da reunião realizada sexta-feira a troca do atual presidente de Furnas, Ricardo Medeiros. A informação da indicação do atual diretor de administração Júlio Cesar Andrade para a presidência da subsidiária da Eletrobrás, que teria sido feita para atender ao PMDB mineiro, publicada pelo **Valor**, causou "um grande desconforto" no conselho, como informou a fonte, que pediu para ter o nome preservado.

Além da substituição de Medeiros, o conselho votaria a recondução da atual diretoria de Furnas. Fonte ouvida pelo **Valor** disse que o conselho "não iria admitir uma decisão que dava o fato como certo, vindo de Brasília".

O nome proposto para ocupar a vaga de Júlio Andrade, que foi indicado pelo senador Romário (Podemos-RJ) para a diretoria de Administração, era o de David Antonio Moreira, um ex-assessor da diretoria que teria sido investigado por má-conduta.

Com a retirada de todas as decisões sobre Furnas da pauta da reunião, a recondução foi adiada e pode nem acontecer.

Todos os temas relacionados a Furnas, subsidiária mais importante do grupo Eletrobrás, saíram da pauta e não há informação de como o impasse será solucionado dada a má recepção dos nomes.

A notícia da indicação de Andrade foi antecipada pelo **Valor PRO**, serviço de notícias em tempo real no domingo, dia 25. Na segunda-feira, o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, confirmou a proposta de mudança da diretoria de Furnas no conselho, lembrando que os nomes agora precisam passar por análise de integridade.

Na sexta-feira, o **Valor** informou que a intenção de nomear Andrade para a presidência de Furnas também era de interesse do presidente da CCJ, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), o que piorou o clima no conselho de administração da Eletrobrás, presidido pela economista Elena Landau, ex-diretora de Desestatização do BNDES no governo FHC.

Pacheco negou na sexta-feira ter interesse em fazer indicações para Furnas. O parlamentar mineiro irá conduzir o início da tramitação da denúncia contra o

presidente Michel Temer por crime de corrupção passiva, apresentada pela Procuradoria-Geral da República.

O próprio Ricardo Medeiros foi indicado pela bancada mineira do PMDB da Câmara com o aval do vice-governador de Minas Gerais, o também peemedebista Antonio Andrade. Ele voltou para a estatal em abril de 2016, depois de ter se aposentado em 2013 depois de trabalhar por 31 anos. O cargo era o de diretor de Operação e Manutenção, e em julho foi indicado interinamente para a presidência com a saída de Flávio Decat depois do impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff.

Na ocasião, Medeiros negou indicação política e disse foi escolhido pelo Ministério de Minas e Energia com base no seu perfil técnico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marli Olmos | De São Paulo

Título: Pai do bicombustível leva inovação à pecuária

No fim dos anos 80, um grupo de engenheiros da Bosch estava em busca soluções para a falta de etanol nos postos. O carro a álcool havia se transformado em um "mico" e muitos proprietários de um carro assim, frustrados com o Proálcool, chegaram a adaptar o veículo para funcionar com gasolina. Em 1994, a Bosch apresentou o primeiro protótipo que podia rodar com etanol, gasolina ou a mistura de ambos - um Omega, da General Motors. Inicialmente as montadoras não se interessaram pela tecnologia. Mas mudaram de ideia em 2003, depois que o governo reduziu o IPI desse tipo de veículo. Depois das inovações no setor automotivo, a Bosch desenvolve, agora, soluções para o agronegócio e a mineração.

Quatorze anos depois do lançamento dos carros bicombustíveis, chamados pela indústria de "flex fuel", muitos nem lembram que algum dia, no Brasil, na hora de comprar um automóvel era preciso escolher entre motor a álcool ou gasolina. Há pelo menos dez anos cerca de 90% dos automóveis produzidos no país podem rodar com álcool ou gasolina ou os dois combustíveis misturados. O desenvolvimento do "flex" não apenas foi o "pulo do gato" para driblar a sazonalidade dos preços do etanol, como transformou o Brasil numa espécie de vitrine da inovação em fontes de energia renováveis.

O "pai" do "flex fuel" foi o engenheiro Besalier Botelho, na época responsável pelo desenvolvimento de produto da Bosch. Hoje no cargo de presidente da companhia na América Latina, Botelho está longe de pensar em abandonar o desenvolvimento de novas tecnologias para os carros, atualmente o segmento

mais forte para a companhia. Mas o potencial de outras áreas, como o agronegócio, começam a encher os olhos do executivo.

Em um momento em que a indústria automobilística vive seus tempos de "vacas magras", faz todo o sentido uma empresa com foco em inovação voltar-se para o campo, grande responsável pelo início da retomada da atividade econômica no país. Há três anos, a Bosch começou a estudar um sistema que permite medir a engorda de gado em tempo real. Na semana passada a nova solução foi lançada em São Paulo.

Um sensor colocado na orelha do boi, chamado de "brinco eletrônico", permite o rastreamento individual do gado. Com o sistema, o pecuarista terá em mãos informações como o peso do animal, indicações de doenças ou problemas nutricionais. As informações são coletadas por meio de dispositivos espalhados no espaço por onde o boi circula, como balanças eletrônicas. Em estudo desde setembro de 2014, a tecnologia começou a ser testada na Fazenda Santa Fé, na cidade de Santa Helena, em Goiás.

A pecuária não é, entretanto, o único novo mercado para a Bosch. Segundo Botelho, também está em fase de desenvolvimento um software para a área de mineração. A tecnologia permite aproveitar períodos em que não há atividade em determinadas áreas da mina para efetuar manutenção. A fase de testes já começou em minas do Chile. "Um dia de mina desligada para manutenção traz prejuízo de US\$ 1 milhão", diz Botelho.

Foi na Bosch que, há 32 anos, Botelho, hoje com 58 anos, conseguiu seu primeiro emprego no Brasil, ao retornar da Universidade de Karlsruhe, na Alemanha, onde cursou engenharia eletrônica e telecomunicações. Em 1997, ele assumiu uma diretoria na empresa; em 2006, a vice-presidência e desde 2011 é o presidente de toda a operação na América Latina. O setor automotivo responde por 64% da receita na região, que caiu de R\$ 6 bilhões em 2015 para R\$ 5,7 bilhões no ano passado.

Logo que assumiu o comando da companhia, Botelho criou um grupo de trabalho específico para inovação. As tecnologias que a empresa oferece para o agronegócio e a mineração foram desenvolvidos com recursos da matriz, em Stuttgart. Segundo o executivo, é para a área de inovação que segue a maior parte dos investimentos, que somaram R\$ 120 milhões em 2016 e que chegarão a R\$ 130 milhões este ano.

Na Europa, a empresa com sede em Stuttgart segue outras várias trilhas da inovação. No setor automotivo, tem feito parcerias para o desenvolvimento da conectividade e de carros autônomos. No ano passado, assinou acordo com a SAP, maior empresa de softwares da Europa, para o desenvolvimento de projetos

para conseguir conectar à internet diversas itens, de um carro a uma chave de fenda.

Há poucos meses, Bosch e a americana IBM anunciaram uma colaboração para a internet das coisas (IoT, na sigla em inglês). A indústria de tecnologia calcula que até 2020 cerca de 20,8 bilhões de aparelhos estarão conectados no mundo.

Recentemente a Bosch anunciou o maior investimento dos seus 130 anos de história. A empresa vai gastar € 1 bilhão para construir em Dresden, na Alemanha, a sua segunda fábrica de semicondutores.

"Os semicondutores são os principais componentes de todos os sistemas eletrônicos. Com o crescimento da conectividade e da automação, eles serão cada vez mais aplicados em diferentes áreas", disse, durante o anúncio, o presidente mundial do Grupo Bosch, Volkmar Denner.

Seja no carro, no gado ou em uma mina, o mundo da inovação não tem limites. E se hoje o brasileiro que usa carro já não estranha colocar álcool ou gasolina no mesmo tanque do carro é bem provável que em breve o pecuarista ache estranho quem ainda tem que levar o boi até o curral para pesá-lo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Dedução do Plano Petros

Após decisões judiciais mais recentes, a Petrobras decidiu, na sexta-feira, alterar a expectativa de perda em processos relacionados ao Plano Petros para "provável". O impacto negativo, considerando o resultado bruto do segundo trimestre, é calculado em cerca de R\$ 6,5 bilhões. A estatal lembra que, apesar de considerar que a geração de dedutibilidade do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) se dá com a repactuação do plano, a Justiça determinou que apenas 20% da folha salarial poderia ser usada nesse sentido. Em 2008, a Petrobras foi autuada em R\$ 5,7 bilhões por conta da dedução integral, em 2008. Uma das saídas, acrescentou a companhia, é quitar o débito pelo Programa Especial de Regularização Tributária, uma possibilidade que está sendo avaliada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Canadian Solar pensa no Brasil no longo prazo**

A fabricante de painéis solares Canadian Solar prevê ajustar sua estratégia no Brasil enquanto não forem realizados novos leilões de geração de energia solar fotovoltaica, mas não considera deixar o país, disse, em entrevista ao **Valor**, Thomas Koerner, vice-presidente da companhia.

"Temos um compromisso forte com o Brasil, esperamos executar o desenvolvimento significativo de projetos. Acreditamos completamente no mercado brasileiro não apenas no curto prazo, mas também no longo prazo", afirmou Koerner.

A Canadian Solar inaugurou, em dezembro do ano passado, a sua fábrica em Sorocaba, interior de São Paulo, com capacidade de produção de 400 megawatts (MW) por ano em módulos fotovoltaicos. Em junho de 2016, quando foi tomada a decisão sobre sua estreia no Brasil, a companhia previa investir até R\$ 2,3 bilhões no país.

O montante envolvia a implantação de cerca de 400 MW em projetos de energia solar fotovoltaica no país, além da montagem da linha de produção dos painéis solares na fábrica de Sorocaba, que pertence à multinacional Flextronics e foi adaptada às necessidades da Canadian.

Desde então, a Canadian vendeu a maior parte de dois projetos de geração solar para a francesa EDF Energies Nouvelles.

A EDF assumiu 80% do projeto fotovoltaico Pirapora I, de 191,5 MW de potência, e também 80% do Pirapora II, de 115 MW, ambos localizados em Minas Gerais. A Canadian permaneceu com 20% de cada um dos complexos.

Segundo Koerner, as vendas foram movimentos "naturais" para a companhia. "Iniciamos os projetos, os desenvolvemos e executamos a construção, mas nunca ficamos com os ativos no longo prazo. Nós desenvolvemos e vendemos", disse.

O principal foco da companhia no país segue como o fornecimento dos painéis solares, tanto para geração centralizada quanto para geração distribuída.

Um problema enfrentado no setor é relacionado à demanda em geração centralizada, que tende a cair devido à falta de leilões de energia solar. Por

enquanto, a Canadian não tem sofrido com isso. "Ainda temos muitos projetos, uma demanda forte", disse Koerner.

Para lidar com a falta de leilões, a companhia considera desenvolver projetos de geração solar para o mercado livre, mas vê alguns obstáculos para isso. "Primeiro, precisamos da demanda, de alguém que compre a energia. A segunda coisa é o prazo do contrato e quanto o cliente vai pagar. Em terceiro são os custos de conexão, tudo isso, e avaliar se compensa."

Outro ponto é o financiamento. "O Brasil, infelizmente, ainda tem um risco muito elevado, e a taxa de juros alta. Não é fácil ser lucrativo o suficiente para que o projeto seja atrativo", afirmou.

Apesar disso, o Brasil continua sendo a principal economia da América Latina, com enorme potencial para o desenvolvimento da fonte solar. "Acredito que o mercado vai se desenvolver muito, a demanda no longo prazo deve crescer. Essa é uma alternativa em relação às hidrelétricas, que dependem muito de chuvas e dos níveis dos reservatórios", disse.

A queda do custo da energia solar também deve incentivar o desenvolvimento da fonte. "Queremos garantir que a energia solar seja competitiva, e o custo tem caído significativamente."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Delfin mira país com projeto no Golfo do México

A Delfin LNG, joint venture recém-formada pela americana Delfin e pela norueguesa Golar, pretende investir entre US\$ 6 bilhões e US\$ 7 bilhões no primeiro projeto de liquefação de gás natural offshore dos Estados Unidos e mira o Brasil como um de seus mercados prioritários. Concebido para exportar o "shale gas" dos EUA, o projeto será instalado no Golfo do México a partir de 2018 e busca oportunidades de negócios no mercado brasileiro, de olho no momento de reabertura do setor, em meio à redução da participação da Petrobras nos principais elos da cadeia da indústria de gás.

Diretor-presidente da Luxburg Energy Group, um dos acionistas da Delfin, Fabrício Mitre conta que vem mantendo conversas com distribuidoras de gás canalizado e geradoras interessadas em instalar termelétricas no Brasil. Na avaliação dele, existe, hoje, um "vácuo" no mercado, devido à redução gradual da participação no setor.

"O Brasil precisa de gás e a Petrobras está abertamente saindo do mercado. As distribuidoras querem expandir volume [contratado] com a Petrobras e têm que buscar fontes alternativas, porque a Petrobras não tem expandido mais [o volume de suprimento]. Existem muitas termelétricas que não conseguem ir a leilão porque a Petrobras não fornece mais contratos de longo prazo. Hoje tem um vácuo nesse mercado de gás natural... Tenho certeza que vamos fechar bons negócios no Brasil nos próximos anos", disse.

Mitre acredita que a demanda por gás, para geração de energia, deve crescer no Brasil durante os próximos anos, a medida que a economia for se recuperando. Ele também afirmou que o movimento de abertura da capacidade dos atuais terminais de regaseificação da Petrobras para terceiros é "fundamental" para se conseguir viabilizar novas usinas termelétricas.

"Acho fundamental que [a abertura dos terminais de GNL] aconteça rápido. Alguns projetos, como os da Genpower e Bolognesi, por exemplo, foram estruturados a partir da instalação de um novo terminal de regaseificação, enquanto os terminais da Petrobras operam com ociosidade. Precisamos mudar um pouco essa dinâmica", comenta o executivo. "Já temos conversas em andamento com geradoras que pretendem participar dos leilões de energia nova. Como a demanda não está crescendo por conta da crise, está tudo bem, mas assim que o Brasil começar a crescer já vamos ter um pouco de problemas", completa.

O projeto da Delfin LNG tem capacidade de liquefação de 13 milhões de toneladas de GNL por ano e será construído em módulos. Ao todo, serão instalados quatro navios exportadores, a medida que a empresa consiga assinar contratos de suprimento. A previsão é que o primeiro navio comece a ser construído a partir do ano que vem e a operação do projeto se iniciará entre 2021 e 2022. A Delfin tem planos de um segundo projeto desse tipo, de US\$ 3 bilhões e com capacidade para 8 milhões de toneladas por ano.

A formação da Delfin LNG foi anunciada na semana passada. Pelas regras da parceria, a Golar entrará com a tecnologia de liquefação, enquanto a Delfin será responsável por fornecer a infraestrutura já existente, como os gasodutos, localizados a 80 quilômetros da costa, que escoarão a produção de gás não convencional, em terra.

O executivo explica que a unidade de liquefação offshore tem algumas vantagens, dentre elas custos 30% menores de instalação, devido à menor complexidade de licenciamento ambiental e uso de menos instalações, e financiamento mais barato.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

Total no Irã

A petrolífera francesa Total assina, hoje, um acordo para investir US\$ 1 bilhão em um campo de gás no Irã, marcando o primeiro investimento em anos de uma companhia ocidental no setor de óleo do país. A Total conduzirá a operação em sociedade com a China National Petroleum e a iraniana Petropars para desenvolver o campo South Pars, um dos maiores do mundo. A expectativa é que o contrato seja assinado nesta tarde. O gás do campo suprirá o mercado doméstico a partir de 2021. O acordo é resultado de meses de negociação depois que a Total assinou um acordo preliminar de US\$ 4,8 bilhões para desenvolver as reservas de gás com seus parceiros.

Alta do PLD

O preço de liquidação das diferenças (PLD, referência das operações do mercado de curto prazo de energia) subiu para R\$ 233,32 por megawatt-hora (MWh) em todo o país, informou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, a alta foi de 45%. No Sul, o crescimento foi de 155%. Já nas regiões Norte e Nordeste, a alta foi de 30%. Os preços serão válidos para o período de 1 a 7 de julho. Segundo a CCEE, a alta reflete as afluências previstas para o sistema em julho, em torno de 78% da média histórica. O déficit de geração hídrica (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) previsto para julho é de 30,7%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Rodrigo Polito, Rodrigo Rocha, Paula Selmi e Juliana Machado | Do Rio e de São Paulo**Título:** Petrobras fica mais agressiva em combustíveis

De olho na performance do plano de negócios 2017-2021 e na métrica de alavancagem de 2,5 vezes a dívida líquida sobre o Ebitda no fim de 2018, a Petrobras busca recuperar mercado doméstico de venda de combustíveis e, consequentemente, elevar a receita com a nova política de preços para os derivados de petróleo, que entra em vigor hoje. Com a medida, na prática, os preços poderão ser reajustados a qualquer momento, inclusive diariamente, pela área de comercialização da companhia, reduzindo o impacto da alta volatilidade

do preço do petróleo e do câmbio, que tem afetado a participação da empresa no setor.

"A importação [de combustíveis] está crescendo. A importação crescendo significa que a Petrobras está perdendo 'market share'. Perda de 'market share' significa perda de vendas. Perda de vendas significa que o aumento da produção do petróleo do pré-sal não será refinado, ele vai ser exportado como óleo bruto, em que a margem é muito menor do que na refinaria", disse o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Petrobras, Ivan Monteiro, em coletiva de imprensa na sexta-feira, para apresentar a nova política de preços.

No ano passado, o Brasil foi importador líquido de diesel em 7,4 bilhões de litros, um crescimento de 8,5% do déficit em relação ao ano anterior. Do total importado de diesel em 2016, 85% foi feito por outras empresas além da Petrobras. De acordo com estimativas da estatal, apenas em junho deste ano, a importação de diesel pelo país alcançou 1,2 bilhão de litros. No mesmo mês, a companhia estima que a importação de gasolina tenha alcançado 290 milhões de litros.

Monteiro destacou ainda que, com a perda de mercado, as refinarias da Petrobras estão chegando próximo do limite mínimo de fator de utilização ideal. No primeiro trimestre, a companhia informou que o fator de utilização das refinarias foi de 77%.

"A companhia tem que reagir à perda de mercado [...] O consumidor está nos dizendo 'sejam mais competitivos'", disse Monteiro, explicando que os diretores da estatal, inclusive o presidente, Pedro Parente, deverão visitar clientes, para "encantá-los" e "entendê-los".

Com a nova política, o Grupo Executivo de Mercado e Preços (GEMP), composto por Monteiro, Parente e o diretor de Refino e Gás Natural, Celestino Ramos, definirá uma meta para o preço dos combustíveis. A partir dela, a área de comercialização terá liberdade para alterar, a qualquer momento, esse valor, dentro de uma faixa entre 7% para mais ou menos. "Qualquer alteração fora dessa faixa terá que ser autorizada pelo GEMP", afirmou a empresa em comunicado ao mercado.

Os reajustes de preços de combustíveis passarão a ser divulgados por meio da página da Petrobras na internet e nos canais internos de comunicação aos clientes.

Na sexta-feira, a empresa anunciou redução de 5,9% e 4,8% nos preços médios nas refinarias para a gasolina e diesel, respectivamente. O ajuste entrou em vigor

no sábado e, por isso, "não entra na conta do limite de 7% para mais ou para menos que será adotado a partir da segunda-feira [hoje]", informou a Petrobras.

Apesar do aperfeiçoamento na política de preços, Celestino Ramos assegurou que a companhia não irá praticar preços abaixo da paridade internacional, uma das premissas do plano de negócios.

A nova política de preços foi bem vista pelo mercado, que acredita que a iniciativa pode, inclusive, facilitar o programa de venda de ativos de refino e de atração de investidores para formar parceria com a Petrobras para concluir o segundo trem (linha de produção) da refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco e do Comperj, no Rio.

"Com esta recente jogada, a Petrobras está prestes a estabelecer uma 'política livre de preços' para avançar com a alienação de suas refinarias e reduzir a futura interferência do governo", afirmam os analistas Luiz Carvalho e Julia Ozenda, do UBS, em relatório distribuído a clientes.

Os analistas Rodolfo Angele e Felipe dos Santos, do J.P. Morgan também destacaram que a nova política de preços ajuda a reduzir os riscos das ações da Petrobras.

Os papéis da petroleira fecharam o pregão de sexta-feira na B3 com altas de 1,46% (ON) e 1,56% (PN), cotados a R\$ 13,20 e R\$ 12,37, respectivamente.

Segundo o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, a nova política de preços da Petrobras dará mais dinamismo ao mercado de combustíveis. Ele acrescentou que a prática de preços internacionais torna o setor mais atrativo para investidores em refino. "Preços internacionais permitem atração de investimentos", afirmou ele, após conceder palestra organizada pela Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro (Amcham Rio).

Procurado, o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom) informou que não comenta assuntos relativos a preços de combustíveis, pois cada associada tem sua própria política nesse sentido. O órgão, no entanto, explicou que a composição do preço final de venda ao consumidor é "complexa", pois considera cinco variáveis (preço de aquisição do produto, tributos, logística, remuneração dos distribuidoras e remuneração dos revendedores) e está sujeita às oscilações de oferta e demanda de um mercado livre.

"Apenas duas dessas variáveis, custo do produto e tributos, são responsáveis por mais de 80% do preço final, e a margem média dos distribuidores representa

menos de 5%, de acordo com informações publicadas pela ANP", afirmou o Sindicom, em nota, acrescentando que os preços são livres.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Nova política aproxima gasolina e diesel do mercado de etanol

A nova política de preços dos combustíveis da Petrobras deve aproximar a dinâmica do mercado de derivados da atual dinâmica do de etanol, em que as distribuidoras têm de operar com mais instrumentos de mercado e avaliar constantemente suas margens.

Atualmente, as distribuidoras mantêm contratos com a Petrobras que garantem o volume de fornecimento, com preço flexível. Como o preço não variava muito, porém, as distribuidoras determinavam suas margens em sua política de comercialização com as revendedoras.

Agora, a volatilidade maior dos preços com a Petrobras aumentará a necessidade de uma política comercial que assegure suas margens, como instrumentos de hedge, observa Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro, que atende o setor sucroalcooleiro.

"Isso já acontecia na área de etanol hidratado, mas nunca na de derivados", observou o analista. No mercado do biocombustível, os preços variam diariamente na porta das usinas sucroalcooleiras.

Os preços do etanol anidro (que é misturado à gasolina) também acabam sofrendo essa influência, já que, embora sejam contratados com antecipação no início da safra, preveem um prêmio sobre o valor de face do etanol hidratado, que é variável.

Segundo Julio Borges, da consultoria JOB Economia, que também atende o setor sucroalcooleiro, o mercado brasileiro de combustíveis vai se assemelhar também mais ao mercado americano, em que as alterações de preço já são diárias. "Não vejo nenhuma impossibilidade operacional para distribuidoras. Só vai dar mais trabalho", avaliou.

Para o consumidor, a perspectiva é que os preços da gasolina também acabem variando com mais frequência. Atualmente, o preço na bomba já vem oscilando mais do que os preços determinados pela Petrobras nas refinarias, uma vez que os preços também vinham dependendo da gasolina importada. Nastari acredita

que atrelar a política de combustíveis a uma política de mercado significará mais competição. "A consequência é que o consumidor acaba ganhando", avaliou.

Já Antonio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), que representa 90% das usinas do Centro-Sul, avalia que precisa ficar clara a metodologia para a determinação dos preços e como isso será repassado na cadeia.

"Seja quinzenal, mensal ou diário, precisaria só ficar mais transparente a metodologia, o que estão levando em consideração, se é o câmbio diário, quanto agregam de logística no preço", defendeu.

"Como se forma o preço no mercado interno? Qual a referência? É onde ela compra ou alguma cotação nos Estados Unidos? O que vai agregar de custo de frete até o porto? [A gasolina] vai chegar a outro preço aqui. Tudo isso precisa ficar mais transparente", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: NLMK mantém ritmo de expansão

Prestes a completar três anos de operação no Brasil, a siderúrgica russa NLMK continua em ritmo de crescimento. No ano passado, seu faturamento avançou 35% e a meta é repetir esse desempenho neste ano, afirma Paulo Seabra, diretor-geral na América do Sul.

E até agora a companhia, que é uma distribuidora de chapas de alta resistência e durabilidade vindas da usina na Bélgica, mostra que está no caminho para atingir o objetivo. Na comparação anual, a receita do primeiro semestre sobe cerca de 40%. As cifras detalhadas do Brasil não são divulgadas pelo grupo, que tem capital aberto na Rússia.

"Há dois modos de se olhar esse resultado", comenta Seabra, em entrevista ao **Valor**. "São números adaptados a nossa realidade. Ou seja, entregamos o que prometemos, mas eu não previa que esse seria o nível do mercado, está muito diferente, bem baixo. Sei que o potencial é muito maior que esse", acrescenta, referindo-se à realidade do mercado de aços especiais quando montou o planejamento da instalação da NLMK no país. Atualmente, diz o executivo, a demanda é menos que a metade do que era em 2012, por exemplo.

Mesmo assim, a distribuidora conseguiu entregar resultados satisfatórios e chegou a carteira de aproximadamente 120 clientes. E os conquistou

especialmente no segmento de manutenção, de reformas de equipamentos. Em toda a América do Sul, no ano passado o faturamento atingiu algo próximo a US\$ 70 milhões.

No início do ano, os números estavam até melhores. Até que Joesley Batista, da J&F Investimentos, fechou sua delação à Procuradoria-Geral da República (PGR) e denunciou o presidente Michel Temer. A instabilidade política congelou os negócios, que até então vinham em alta anual de 54%, diz Seabra.

"Mas já retomamos as conversas até com consumidores finais dos produtos que levam nosso aço. Ninguém mudou de fato nenhum plano, a programação continua a mesma", afirma.

De acordo com Seabra, os setores de mineração e o sucroalcooleiro foram os motores do crescimento até agora. Ele acredita que o momento de crise pelo qual as mineradoras passaram, influenciado pela desvalorização das commodities no mercado internacional, ajudou na entrada da NLMK no nicho. No caso do açúcar, ele explica que seu produto conseguiu aumentar a produtividade das máquinas, muitas vezes por até duas safras - foi aí que conquistou clientes.

"A crise dá às companhias oportunidade de perceber alternativas para enxugar custos e é aí que a NLMK pode se beneficiar", diz. "Quando a economia está mais dinâmica, em geral é difícil até conseguir a atenção delas."

Há ainda uma perspectiva de maior aquecimento na mineração, mesmo depois de o maior projeto, o S11D da Vale, ter sido finalizado. A Mineração Usiminas (Musa), por exemplo, quer voltar a exportar e, além dos 400 trabalhadores que pretende contratar, necessitará de uma atualização de algumas máquinas.

Por outro lado, Seabra reclama da paralisia que enxerga em outros mercados. Para implementos rodoviários e guindastes, afirma, a procura é tão baixa que frustra bastante os planos iniciais do grupo. Grande parte desse mau momento está ligado, além de à recessão econômica, à crise das construtoras. Alguns clientes, afirma, pararam de comprar ou até mesmo entraram em recuperação judicial.

"Ainda é possível que vejamos mais clientes saindo do mercado, até que o crescimento volte", diz.

Seção: Finanças**Autor: Denyse Godoy | De São Paulo****Título: Papel da Petrobras tem baixa correlação com preço do petróleo**

A revisão da política de preços de combustíveis da Petrobras anunciada na sexta-feira, com o objetivo de tornar mais frequentes - e até diários - os reajustes, deve aproximar as ações da empresa da trajetória do petróleo, avaliam analistas. Desde que a primeira etapa das novas diretrizes foi anunciada, em outubro passado, a petroleira realizou em média um reajuste de preços de seus produtos por mês. No entanto, até o momento esses ajustes não se traduziram em uma maior correlação entre a variação das ações da companhia na bolsa e os preços do petróleo no mercado internacional.

O aumento na periodicidade de reavaliação dos preços da gasolina e do diesel no mercado interno tende a corrigir um pouco essa distorção, segundo especialistas. "Agora, mais do que nunca, os resultados da Petrobras estarão ligados ao petróleo", diz Luiz Carvalho, analista do banco suíço UBS, em relatório a clientes.

Enquanto o barril de petróleo tipo Brent recuou 2,32% na bolsa de Londres nos últimos nove meses, o ADR (American Depositary Receipt, recibo de ação) preferencial da estatal brasileira negociado em Wall Street perdeu 10,23%. Na B3, as ações da empresa tiveram queda de 8,84% no período.

Essa movimentação significa que a correlação entre o ADR e o petróleo nesse período ficou em 0,36 - ou seja, a cada oscilação de US\$ 1 do preço do Brent, o papel da companhia tem variação de US\$ 0,36. Tal valor encontra-se bem abaixo da média histórica - considerando o período desde 2001, tal correlação fica em 0,69, segundo cálculos do UBS.

"O presidente da Petrobras, Pedro Parente, já disse que fica no cargo até 2019, mas, mesmo assim, existe um ponto de interrogação no futuro da companhia. Como fica a gestão depois que ele sair? No curto prazo, os investidores estão otimistas com os avanços feitos pela diretoria nos últimos meses, mas ninguém consegue prever o longo prazo", diz Carvalho. "A correlação entre a ação da empresa e o petróleo tende a aumentar ao longo do tempo, conforme a nova política de preços se solidifique."

Um dos motivos pelos quais os papéis da Petrobras não têm seguido muito de perto o petróleo ultimamente é uma certa desconfiança, por parte do mercado, quanto à firmeza do governo federal em manter no longo prazo essa política de preços, na opinião de Carvalho. A administração pública, que controla a companhia, possui um longo histórico de intervenção na gestão da estatal. Durante o governo de Dilma Rousseff (PT), entre 2011 e 2016, a Petrobras foi

usada como instrumento de política econômica, segurando as elevações dos preços dos combustíveis visando a contenção dos índices de preços, enquanto o petróleo subia no exterior, o que trouxe desequilíbrios às contas da companhia.

Para Rodolfo de Angele, analista do banco J.P. Morgan, a própria expectativa do mercado de que a nova gestão da Petrobras fosse implementar melhorias nas práticas da empresa contribui um pouco para explicar essa relação "esquisita" que a estatal vem tendo com o petróleo, na medida em que antecipou os ganhos advindos de um modelo mais sólido de precificação dos produtos.

Lembrando que, desde outubro, a ação da Petrobras caiu mais fortemente do que o petróleo, é preciso ainda colocar na conta a crise enfrentada pelo governo do presidente Michel Temer (PMDB), que deixa os investidores preocupados com suas aplicações nos ativos brasileiros, diz Angele.

"Nesse cenário, os investidores acabam se desfazendo dos papéis brasileiros mais líquidos, por isso a Petrobras andou sofrendo", diz o analista. "Nunca será possível eliminar totalmente o risco representado pelo poder público, porque o controlador da empresa é o governo. De toda forma, a atual administração está introduzindo medidas que fazem sentido do ponto de vista da criação de valor para o acionista, e muitas delas tendem a se perpetuar."

Outro impacto positivo das recentes mudanças nas estratégias e nos planos da companhia petrolífera pode ser percebido na redução da ligação entre a ação da Petrobras e a taxa de câmbio - considerando o real e o dólar. Se de 2014 a 2016 essa correlação ficou perto de -0,60, nos últimos nove meses caiu para -0,19.

No passado, quando os aumentos do preço do petróleo no mercado internacional não eram transmitidos totalmente aos produtos vendidos pela Petrobras no mercado local, a elevação da taxa de câmbio era uma má notícia para a empresa também porque pressionava o seu endividamento, em grande parte denominado em dólar.

Em meio ao atual cenário, tanto Carvalho, do UBS, quanto Angele, do J.P. Morgan, reiteraram suas recomendações de compra para a ação da Petrobras na sexta-feira. Carvalho estima um preço-alvo de R\$ 20,00 para o papel PN da empresa em 12 meses, indicando um potencial de ganho de 61,68% em relação ao preço da ação no último pregão, de R\$ 12,37.

MME / ASCOM .